

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 13 A 19 DE ABRIL DE 1982
Nº 181 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro

Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES
Paulo Cezar Loureiro Botas

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

EDITOR DO ACONTECEU

Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 500,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

STM ANULA PROCESSO DE METALÚRGICOS

Por 9 votos a 3 o Superior Tribunal Militar decidiu ontem anular todo o processo, a partir da denúncia, em que a 2ª Auditoria Militar de São Paulo condenou, no dia 19 de novembro do ano passado, o presidente do PT, Luís Inácio da Silva, o Lula, e mais 10 metalúrgicos do ABC (SP) a penas que variavam de 2 anos a 3 anos e 6 meses de reclusão. O Tribunal resolveu desclassificar o processo da Lei de Segurança Nacional e remeter para a Lei de Greve, esta da competência da Justiça Federal. Esse precedente é relevante porque greve no Brasil deixou de ser caso de Lei de Segurança Nacional. (ESP - 18/4/82)

JULGAMENTO CAUSOU PROTESTOS NO BRASIL...

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) informou ontem que houve paralisação em protesto pelo julgamento dos 11 sindicalistas do ABC apenas na Mercedes Benz e na Ford do Brasil. Também os funcionários da entidade paralisaram suas atividades por uma hora, de 14 às 15 horas, promovendo um debate sobre a Lei de Segurança Nacional. O comitê contra a condenação dos sindicalistas do ABC protocolou um documento contendo cerca de cem mil assinaturas colhidas em todo o País, em favor da absolvição dos metalúrgicos. A campanha foi levada a 15 Estados e ontem foram realizadas várias vigílias em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Brasília, aguardando o resultado do julgamento. (ESP - 17/4/82)

...E NA EUROPA

A Confederação Internacional dos Sindicatos Metalúrgicos manifestou-se ontem, em Genebra (Suíça), alertando autoridades e associados contra a possível condenação no Brasil de dirigentes metalúrgicos envolvidos na greve de 1980, considerada ilegal pelo governo brasileiro. Diante da iminência do pronunciamento de um tribunal brasileiro de apelação sobre as sentenças proferidas em primeira instância, o secretário-geral da Confederação, com sede na Suíça, convocou os 165 sindicatos de todo o mundo filiados à entidade para organizar grandes ações de protesto, no caso de as condenações serem confirmadas. (ESP - 15/4/82)

EM SANTO ANDRÉ CHAPA 1 É A ELEITA

A chapa 1, encabeçada pelo operário Miguel Rupp, foi a vencedora das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (SP), obtendo 7590 votos, aproximadamente 80% do total de 9502 que foram colhidos. A chapa 2, encabeçada por Afonso Comenale, obteve 1421 votos, sendo registrados ainda 126 votos em branco e outros 365 nulos. Após o anúncio oficial da apuração, os metalúrgicos saíram em passeata pelas ruas de Santo André, fazendo o enterro simbólico do período em que o sindicato permaneceu sob intervenção federal e também da chapa concorrente. A posse da nova diretoria deverá ocorrer no início do mês de maio. (ESP - 18/4/82)

ORTUÁRIO DEFENDE 6 HORAS NOTURNAS

Os quatro sindicatos mais fortes da área do porto reunidos na unidade ortuária, farão uma reunião geral, no próximo domingo, em Santos (SP), com o propósito de definir a estratégia de luta pela criação imediata do regime noturno de seis horas de trabalho. A medida, já aprovada pela ortobrás, não teve seu início efetivo definido pela Companhia Docas do

Estado de São Paulo - CODESP. No dia 25 haverá uma assembléia geral dos trabalhadores do porto, quando poderá ser decidida "uma ação mais concreta em defesa dos nossos interesses", como afirmou o presidente do Sindicato da Administração Portuária. A demora na adoção do novo regime de trabalho, segundo alguns dirigentes sindicais, seria causada pela existência de duas correntes de opinião dentro da CODESP, uma entendendo que será necessário alterar a legislação trabalhista, outra que não. Na opinião do presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, contudo, "as seis horas devem entrar em vigor, o mais breve possível, pois não há nenhuma razão para protelações". (JB - 15/4/82)

GREVE NA USINA TAMOIO

Informou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Araraquara (SP), que requererá intervenção do Instituto do Açúcar e Alcool na Usina Tamoio, caso não seja efetuado o pagamento dos salários de fevereiro e março nos próximos dias. A decisão do sindicato, "é porque os trabalhadores, em greve, não conseguem mais agüentar essa situação", uma vez que a Usina Tamoio vem há cinco anos atrasando constantemente os salários. Cerca de 500 funcionários entraram em greve no dia 26 de março e garantem que assim permanecerão até que recebam os salários integralmente. (ESP - 14/4/82)

REFINARIA EM SP COMBATE ATIVIDADES SINDICAIS

O cerceamento completo das atividades sindicais na Refinaria de Paulínia (Replan) foi denunciado ontem pelo presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia (SP). Segundo o sindicalista, além de proibir a circulação dos boletins informativos do sindicato e a entrada dos diretores da entidade na área da Refinaria, até mesmo em horário fora do expediente, a direção da Replan ainda está advertindo os trabalhadores de que será considerada falta grave a simples leitura dos boletins. (FSP - 17/4/82)

INDENIZAÇÃO DA COFERRAZ PODERÁ DEMORAR 2 ANOS

O advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (SP), há havia reunido até ontem mais de 1.200 procurações dos 1.600 operários da Siderrúrgica Coferraz - em processo de concordata - para iniciar uma ação coletiva de rescisão do contrato de trabalho, de forma a assegurar a esses empregados o pagamento dos salários em atraso, férias e 13º proporcionais, levantamento do Fundo de Garantia e outras indenizações legais (incluindo um acordo anterior que garantia os empregos até agosto desse ano). Apesar de muitos operários da empresa já estarem vivendo da caridade pública, o advogado acredita que as indenizações poderão demorar até 2 anos, "se a firma resolver esgotar todos os seus recursos jurídicos para protelar a ação". (FSP - 13/4/82)

FRETE BAIXO DEIXA 15 MIL CAMINHÕES PARADOS NO SUL

"A situação dos caminhoneiros é tão crítica que, dos 50 mil caminhões existentes no Rio Grande do Sul, 15 mil estão parados, porque seus proprietários não têm dinheiro para consertá-los". A revelação é do presidente do Sindicato gaúcho dos Condutores Autônomos, que viaja a Brasília na próxima semana para tratar do assunto nos Ministérios dos Transportes e do Planejamento, em nome da sua categoria e das empresas de transporte. Para o líder sindical, a solução para a "difícil realidade que vive o caminhoneiro de todo o Brasil" seria o Governo oficializar os parâmetros de vida útil dos caminhões - já acertados entre caminhoneiros e empresas de transportes - que permitiram reajustes automáticos nos fretes sempre que os preços das peças e equipamentos subissem. "Não existe o menor critério, tampouco controle, sobre os preços dos fretes"

disse Antonino Maineri. "As empresas pagam o que querem para o caminhoneiro e isso vai acabar por terminar com a categoria. É preciso que o Governo intervenha e oficialize a regulamentação do frete com base nos parâmetros estabelecidos de comum acordo entre os transportadores e as empresas". (JB - 15/4/82)

TRABALHADORES RURAIS

CAMINHÃO ROLA BARRANCO E MATA 20 BÓIAS-FRIAS

Vinte bóias-frias morreram e 16 ficaram em estado grave, quando o caminhão em que viajavam rolou por uma ribanceira de 15 metros em Piranji, a 420 quilômetros de São Paulo. "Deu defeito nos fusíveis e apagou tudo. A estrada escureceu. Só me lembro do caminhão capotando", disse o motorista, que ficou com as pernas quebradas. Equipes de resgate da Polícia Militar encontraram os corpos mutilados misturados a marmitas, chapéus, sapatos, laranjas e documentos. Entre os feridos, dois menores de 15 e 16 anos. Em menos de 12 meses, este foi o terceiro grave acidente registrado na região com veículos que transportavam "bóias-frias": no trevo de Cajobi (SP), morreram 15 trabalhadores em meados do ano passado e, pouco antes, cinco morreram quando o caminhão bateu contra um poste, na cidade de Monte Alto (SP). (JB - 14/4/82)

ACIDENTE É DISCUTIDO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SP

A repetição de acidentes como o ocorrido anteontem em Bebedouro (SP), que causou a morte de 20 pessoas e ferimentos graves em 15 outras, foi atribuída ontem pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag - à desobediência, por falta de fiscalização adequada do Ministério do Trabalho, de uma determinação oficial para que os bóias-frias sejam transportados em veículos adequados e seguros. A opinião foi manifestada em depoimento que prestou ontem em São Paulo perante a Comissão Especial de Inquérito da Assembléia Legislativa, que investiga a situação dos trabalhadores rurais no Estado, e a determinação legal a que ele se referia foi baixada há cinco anos pelo Tribunal Regional do Trabalho, conforme salientou. Segundo o Presidente da Contag, os "fazendeiros e agenciadores, ignorando o dissídio coletivo e o Código Nacional de Trânsito, transportam os trabalhadores rurais como se fossem bois". (ESP - 14/4/82)

BÓIAS-FRIAS: USUCAPIÃO É SÓ UMA MEDIDA PALIATIVA

Ainda na Comissão Especial de Inquérito, o presidente da Contag disse que o problema do bóia-fria só será resolvido com a reforma agrária no País. Segundo ele, o governo, em vez de colocar em execução o Estatuto da Terra, que prevê a desapropriação dos latifúndios que correspondem a 86% das áreas cadastradas, fica "enganando a população com medidas paliativas como a do usucapião". Em seu depoimento, o presidente da Contag disse que o usucapião já existia e que o governo só reduziu o prazo para cinco anos, tentando com isso "desviar a atenção do povo para com o problema da terra", pois "ele não se aplica a nenhuma das áreas em litígio e nem aos 370 milhões de hectares de terras consideradas de segurança nacional;" - benefício só é aplicado "em terras devolutas e particulares abandonadas, que atualmente são praticamente inexistentes". Já o presidente da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo), afirmou que existe uma solução para o problema dos bóias-frias, mas que ela "não será encontrada com os casuísmos ou atitudes ridículas, como as mal-afamadas cooperativas de bóias-frias,

organizadas e gerenciadas pelo governo, ou então com o fornecimento de marmitas quentes". Para ele a solução "pertence à consciência, não apenas do nosso sindicalismo, mas também do governo, e, de modo especial, da sociedade brasileira". (ESP - 13/4/82)

QUANTO GANHA UM EMPREITEIRO DE BÓIA-FRIA

Nenhum "gato" (empreiteiro) gosta de falar de seus lucros, mas é possível ter uma base de quanto um bóia-fria rende para um empreiteiro por dia, tomando-se os números oferecidos por Paulo Rosa dos Santos, o "gato" que era dono do caminhão acidentado na segunda-feira. Paulo pagava a cada bóia-fria Cr\$ 25 por caixa de laranja colhida e recebida da Frutesp, com quem acertou a empreitada, Cr\$ 60 por caixa - ou seja, tinha um lucro de 140 por cento. Como um bóia-fria eficiente chega a colher até 50 caixas de laranja por dia, ele dará ao empreiteiro um lucro de Cr\$ 1.750. Assim, como um caminhão carrega em média 40 bóias-frias, ele terá ao fim do dia um lucro de Cr\$ 70 mil. Há cerca de mil caminhões circulando na região de Ribeirão Preto (SP) - a maioria deles, veículos antigos, que já não servem para o transporte de cargas em longas distâncias. (FSP - 18/4/82)

INVASÃO DE FAZENDA NO SUL DO PARÁ PROVOCA MORTE

Uma pessoa morta e oito feridas foi o resultado de um conflito armado entre posseiros e funcionários de uma fazenda localizada no município de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará. A troca de tiros ocorreu durante a tentativa de invasão da propriedade por um grupo de 16 posseiros, sob liderança de Benjamim Faustino Pimenta. Fontes da polícia atribuíram a iniciativa ao incitamento dos posseiros por membros da Comissão Pastoral da Terra, denunciando o padre Ricardo Resende Figueira, a irmã Helena e o advogado Paulo Fontelles. A área fica na estrada entre Marabá e Conceição do Araguaia, numa das zonas consideradas de maior tensão social do Estado. (ESP - 17/4/82)

POLÍCIA DO PARÁ CAÇA NAS MATAS GRUPO DE POSSEIROS

Um contingente da Polícia Militar de Conceição do Araguaia, com 60 homens, vasculhou durante todo o dia de ontem as matas da gleba Cabeceira do Rio Maria, em Xinguara, Pará, na cabeceira do rio Maria, em busca de um grupo de 16 posseiros, suspeito de ter assassinado um empregado de fazenda situada na região. Apenas um deles foi preso. Os posseiros reivindicam uma área de 30 hectares da fazenda, que ocuparam com roças de arroz e milho: seis já foram despejados, mas 16 outros continuam na área aguardando julgamento de recurso que impetraram na Justiça de Belém. Enquanto a situação está sob juízo, os posseiros armados controlam a área reivindicada. (JB - 18/4/82)

VIOLÊNCIA EM PERUIBE (SP)

Soldados da Polícia Florestal de Peruíbe, acompanhados de um grupo de pessoas armadas, invadiram ontem terras de posseiros na localidade de Alto Guanhanha, na zona rural do município de Peruíbe (SP), derrubaram barracos e casas e ainda feriram e prenderam um dos moradores. Segundo a denúncia, feita pelo presidente da Sociedade de Melhoramentos e Beneficente da Zona Rural, os policiais não tinham ordem judicial e a invasão foi comandada por Rubão, apontado como administrador da fazenda Alto Guanhanha, pertencente a uma empresa de São Paulo. (ESP - 17/4/82)

DIOCESE DENUNCIA GRILAGEM EM SC

A empresa Nora Lage está grilando 15 mil hectares de terras em Urussanga, Lauro Muller e Orleans, municípios de Santa Catarina, para explorar carvão. A denúncia foi feita pela Diocese de Tubarão, através de bole-

tim enviado ao secretariado da CNBB. Informa o boletim que a área pertence legalmente à União. Ali moram cerca de dois mil lavradores que, por pressão da empresa, apoiada pela Polícia Federal, estão sendo expulsos". Outro problema denunciado pela Diocese de Tubarão se refere aos pescadores da Lagoa Imaruí, "onde grandes empresas estão depredando a lagoa, acabando assim com o meio de vida de três mil famílias". A Diocese de Tubarão defende a idéia de que a pesca na lagoa "seja apenas artesanal". (FSP - 17/4/82)

ATO ECUMÊNICO

A CPT e o Comitê de Apoio pró-Ronda Alta promoveram um ato ecumênico domingo, dia 18, em Moquetã, Nova Iguaçu (RJ). O encontro se realizou em apoio à luta dos lavradores de Ronda Alta (RS), à libertação dos posseiros e padres presos em Belém (PA) e dos povos oprimidos da América Central. Estiveram presentes cerca de 150 pessoas, dentre as quais dois lavradores de Ronda Alta que relataram a atual etapa de luta na nova terra que estão ocupando. (CEDI - 18/4/82)

ÍNDIOS

ÁREAS INDÍGENAS NÃO SERÃO DEMARCADAS

Conversando informalmente com jornalistas durante a viagem ao Xingu, o Ministro do Interior confessou que não terá condições de demarcar todas as reservas indígenas do país até o final do seu mandato, porque as dificuldades não são apenas de recursos, mas físicas, uma vez que existem apenas seis empresas de topografia categorizadas e o apoio dos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército ainda é insuficiente para suprir esta necessidade. Disse que no caso de desapropriação, só será paga indenização para fazendeiros que se instalaram em área indígena com certidão negativa emitida pela Funai, no passado. (JB - 14/4/82)

O PRESIDENTE DA FUNAI PRETENDE...

O presidente da Funai pretende demarcar, até o final deste semestre, quatro novas áreas indígenas no Amazonas. As áreas, já delimitadas, compreendem 762.710 hectares em Andirá-Maraú; 1.022.400 hectares em Nhamundá-Mapuera; 732 mil hectares em Coatá-Laranjal; e, em Ticuna, 250 mil hectares na margem direita do rio Solimões e 592.200 hectares na margem esquerda. (FSP - 14/4/82)

PARA FUNAI, ÍNDIOS NÃO PREPARAM ATAQUE

O diretor do Departamento Geral de Operações (DGO) da Funai, informou ontem que "até o momento a 2ª Delegacia Regional do órgão desconhece as notícias divulgadas nos jornais afirmando que os índios gorotires estão prontos para novo ataque". Ele disse ainda que a Delegacia Regional, com sede em Belém, manteve dois contatos com o posto gorotire e "não houve informações de qualquer irregularidade". As notícias sobre um próximo ataque dos gorotires, subgrupo dos caiapós, foram veiculadas em Belém por uma antropóloga que trabalha junto ao grupo. De acordo com essas notícias, os gorotires atacariam os garimpeiros que se encontram dentro da área indígena tirando ouro da reserva de Cumaru. (FSP - 15/4/82)

DENUNCIADO PROJETO EM RESERVA INDÍGENA

A arquidiocese de João Pessoa (PB), dirigida por d. José Maria Pires, denunciou esta semana que vários filhos de índias potiguaras com soldados que a Funai deslocou para a Baía da Traição, com o objetivo de assegurar a formação do Projeto Integrado Potiguara, estão nascendo na aldeia. Uma carta do cacique potiguara Severino Fernandes da Silva foi divulgada pela arquidiocese, afirmando que a comunidade indígena não está apoiando a transformação da reserva em ponto turístico. "A demarcação das terras dos potiguaras - afirma - até agora não foi concretizada pelo governo federal. Os índios esperaram tanto, que se cansaram e descreditaram do governo. Agora, eles mesmos estão demarcando a sua reserva." Sobre o Projeto Integrado Potiguara, observa a arquidiocese que os programas em fase de implantação causaram a destruição de cajueiros e mangabeiras, prejudicando a sobrevivência dos potiguaras. "A forte interferência da Funai na área - acentua - transformou alguns índios em espiões do governo, contra o restante da comunidade. Estes índios receberam ainda ofertas de emprego para que não oferecessem resistência à implantação do projeto da Funai na área. Mas para a arquidiocese, um dos problemas graves que ocorrem na reserva foi criado pelos soldados que "abusaram das moças índias" que acabaram engravidando. (ESP - 16/4/82)

MOVIMENTOS POPULARES

PROPOSTA DO CARDEAL ANIMA OS INVASORES

"Seria uma ótima oportunidade que a Prefeitura teria para resolver o nosso problema, pois estamos aqui há sete meses e vivemos inseguros com relação ao nosso futuro", afirmou ontem um membro da comissão dos invasores de Vila Lurdes, na Zona Leste de São Paulo, ao comentar a sugestão do cardeal d. Paulo Evaristo Arns de que os órgãos públicos deveriam doar seus terrenos aos carentes, para resolver o problema habitacional. Ocupando desde 1º de outubro uma vasta área de Vila Lurdes os invasores se mostram intranquilos. "Não temos documentos de posse da terra e sabemos que, a qualquer momento, alguém pode aparecer aqui e pedir a nossa saída", salientou outro membro da comissão. Segundo ele, todos estão dispostos a dialogar com os pretensos proprietários da área. Consideram importante, porém, que a Prefeitura participe como mediadora. (FSP - 13/4/82)

PREFEITO DEVERÁ "DOAR" TERRENOS A FAVELADOS

O prefeito de Osasco (SP), pretende começar, na próxima semana, a lavar os "termos de permissão de uso" de terras de propriedade do município, através dos quais os favelados receberão áreas para construir suas casas. Ele não vai enviar à Câmara Municipal um projeto de lei, propondo a doação definitiva dessas terras. "O que vamos fazer é dar ao morador da favela a permissão para construir sua moradia nos terrenos públicos. Ele vai ser favorecido à medida que terá um documento, passado pela autoridade e válido de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios, garantindo-lhe o direito de edificar sua casa. A efetiva propriedade do terreno é uma segunda etapa desse processo. É preciso, primeiro, observar o desempenho das famílias de favelados, ver se vão mesmo construir, resolvendo sua necessidade de habitação. Dependendo da forma como agirem, pode ser pedida a autorização do Legislativo para a doação das áreas. Essa segunda etapa deverá ser cumprida pela próxima administração", afirma o prefeito. As terras do município serão distribuídas através do Programa de Acesso à Terra nos Núcleos de Subabitação Urbana de

~~Osasco (Osasterra)~~, criado no último dia 30, através do decreto nº 4586. Cerca de 18 mil pessoas serão beneficiadas com a autorização de ocupar terrenos nas favelas onde moram. Osasco tem, hoje, 57 núcleos de subabitação em terras da municipalidade. (FSP - 17/4/82)

TERRENOS DOADOS NÃO TÊM GARANTIA

De acordo com especialistas em direito administrativo, é perfeitamente legal a permissão de uso gratuita ou onerosa, dos bens municipais por qualquer particular, desde que o ato envolva finalidades sociais, educacionais ou outras de interesse público. Isso é garantido pela Lei Orgânica dos Municípios. Assim, o prefeito de Osasco, em São Paulo, não está fazendo nada de errado. O único problema é que os favelados não têm garantias de que poderão permanecer para sempre nas áreas. Embora os especialistas em direito administrativo afirmem que nenhum outro prefeito que suceder o atual ousaria tomar essas terras de volta, pois causaria uma "comoção social", basta um outro decreto revogando o que concedeu a permissão de uso, para que os favelados sejam postos para fora. A melhor solução para os favelados se tornarem reais proprietários é a Câmara Municipal autorizar, através de lei, a doação das terras. Há também uma outra alternativa, segundo um especialista no assunto, através do usucapião. Depois de cinco anos os favelados poderão requerer a propriedade dos terrenos à Justiça. "Se a invasão de terras permite o requerimento de usucapião, num caso como este de Osasco, em que o próprio poder público autoriza o uso, existe mais razão ainda para se obtê-lo". (FSP - 17/4/82)

OSASCO: NÃO É O QUE PARECE

Embora não mereça reprovação sob o aspecto social, a iniciativa do prefeito de Osasco (SP), em ceder o uso de terras da Prefeitura do município para o usufruto de favelados, não parece se enquadrar apenas dentro do espírito cristão e de solidariedade social com que seus autores tentam revesti-la. Cabe interpretação de se tratar de um lance de brilhante oportunismo eleitoral. Dizem os assessores do prefeito que a idéia é antiga, remonta ao tempo que assumiu a Prefeitura de Osasco, portanto há cinco anos. Essa afirmativa leva à inevitável pergunta: se a intenção é antiga por que não foi implantada antes? Afinal, as favelas em Osasco não se constituem num fenômeno novo, assim como não resulta em novidade o instrumento da cessão das terras para usufruto do favelado. É inacreditável que uma intenção de governo de tamanha magnitude e urgência na resolução role pelas gavetas da burocracia municipal tantos anos. Isso faz supor que a medida aguardava apenas um momento político oportuno para ser divulgada, o que merece reparo, extensivo à maioria dos homens públicos brasileiros: é antiético amenizar a infelicidade alheia com fins eleitorais. (FSP - 16/4/82)

OS FLAGELADOS DE SERGIPE SAQUEIAM UM SUPERMERCADO

Cerca de 100 mil flagelados pela seca saquearam, sem usar violência, um armazém e um supermercado no povoado de Capim Grosso, a 220 quilômetros de Aracaju (SE) - informaram ontem, por telefone, funcionários da Prefeitura Municipal da cidade de Canindé de São Francisco. Após o saque, os flagelados se dirigiram para a casa do prefeito desta cidade, a quem - segundo os informantes - narraram com tranquilidade o ocorrido e pediram ajuda "sob risco" de que ocorram novos atos do mesmo tipo. O prefeito, temendo que os flagelados invadissem novos armazéns, distribuiu entre eles alguns sacos de farinha e feijão e prometeu inscrevê-los nas frentes de trabalho. Funcionários municipais admitem que se as chuvas não começarem até 15 de maio, "a situação em todo o Estado pode atingir proporções desastrosas". (FSP - 15/4/82)

CNBB VAI ORIENTAR EM POLÍTICA

Toda a ênfase da Igreja Católica, agora que foi encerrada a Campanha da Fraternidade e foi ultrapassado, com a Páscoa, o período de novenas do início do ano, estará na divulgação da cartilha de educação política, segundo anunciou ontem, em Porto Alegre (RS), o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ivo Lorscheiter, no primeiro dia do encontro dos bispos gaúchos para definição das atividades deste ano. A cartilha chegará aos fiéis através das Comunidades Eclesiais de Base, nas quais serão formados grupos de estudos para leitura e análise dos temas propostos no documento. Segundo dom Ivo, a CNBB não teme a manipulação política da Igreja: "Estamos num ano eleitoral e nos preocupamos se volta para preparar os fiéis para que enfrentem suas responsabilidades políticas. Todos os partidos, seus programas e propostas serão analisados com espírito crítico. Se um membro da comunidade optar por um partido, deve estar, então, consciente de suas posições coerentes com as idéias que defende", argumentou o bispo. (ESP - 14/4/82)

LANÇADA CARTILHA DA ARQUIDIOCESE DO RIO: ENSINA CATÓLICOS A VOTAR

A cartilha que quase todas as dioceses do Brasil já publicaram para orientar os católicos na campanha eleitoral foi lançada ontem, pelo Cardeal Eugênio Sales, para a Arquidiocese do Rio, com nome diferente: Subsídios para a Formação de Uma Consciência Cívica - O Que Que Eu Posso Fazer? Sua principal característica: nem uma referência a qualquer Partido político. A Igreja, sendo comunhão, não pode optar por este ou aquele grupo mas apenas ajudar a formar as consciências - declarou Dom Eugênio na hora de agradecer, aos líderes comunitários, a elaboração do texto. "A opção por um Partido político é privativa da consciência de cada um, iluminada pelos ensinamentos evangélicos" - diz ele. A principal razão por que a Arquidiocese do Rio tardou em lançar sua cartilha - explicou Dom Eugênio - é que houve a preocupação de "ouvir as bases", os moradores de 31 comunidades, desde a Favela do Vidigal e da Rocinha ao Morro da Pavuna e Estrada de Cachamorra, para um trabalho feito não por intelectuais, mas que contou com a colaboração da Pastoral de Favelas. E a publicação, agora pronta, "é o resultado de sete meses de trabalho", frisou o Cardeal. (JB - 15/4/82)

PADRES ENFRENTAM O RISCO DE VETOS E VÃO DISPUTAR GOVERNOS

Três sacerdotes, até agora, mostram-se dispostos a disputar governos de Estados, apesar da definitiva desaprovação da Igreja. Em Pernambuco, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, adiantou que, se solicitada, não será permitida pela arquidiocese a candidatura do padre Antônio Melo, pelo PTB. Em Sergipe, o padre Joaquim Antunes de Almeida, do PDT, diz não temer pressões de seus superiores, já que sua participação na política é "resultado natural" do seu trabalho no setor social. Quanto à candidatura do padre Raimundo Pombo ao governo do Mato Grosso, pelo PMDB, lembrou o arcebispo de Cuiabá, d. Bonifácio Piccinini, que a posição do clero local é aquela "já tão divulgada pela Imprensa", e que "só não entende quem não quer". (ESP - 16/4/82)

D. IVO TENTA UNIFICAR MOVIMENTOS

O presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, anunciou, em entrevista, que os 19 bispos gaúchos, em reunião anual iniciada ontem, estão dispostos a promoverem a aproximação entre o episcopado e os integrantes do núcleo estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT) "para acabar com o pa

~~ralelismo de atuações~~: somos todos uma só Igreja, temos que trilhar um mesmo caminho". Observou que a Regional Sul 3 da CNBB já dispõe da Frente Agrária Gaúcha (FAG) como órgão de assessoramento sobre questões da terra: "Não nos parece oportuno que dois órgãos destinados ao mesmo fim atuem isoladamente." Sobre as acusações à atuação de religiosos ligados à CPT no episódio dos colonos sem terras até recentemente acampados em Encruzilhada Natalino (Ronda Alta, RS), Dom Ivo Lorscheiter disse que "foram acusações injustas, eles não promoveram discórdias, nem foram apóstolos do caos". Nunca tínhamos discutido o trabalho da CPT oficialmente, mas, em função dos acontecimentos em Ronda Alta, julgamos importante definir uma posição dos bispos ante o que seus membros vêm realizando em nosso Estado - comentou. (JB - 14/4/82)

DOM HÉLDER VIAJA PARA DIVIDIR UM PRÊMIO COM WALESA

O arcebispo de Olinda e Recife (PE), d. Hélder Câmara, viaja amanhã para a Itália, onde, junto com o líder sindicalista polonês Lech Walesa, dividirá, no próximo domingo, o prêmio "Artesão da Paz", conferido pelo Serviço Missionário Juventude, instituição ligada à Igreja de Turim, no valor de 80 mil dólares. Entregue anualmente às personalidades mais destacadas na luta contra a violência, o prêmio terá a parte que coube a d. Helder doada ao papa João Paulo II "para que ele a aplique em sua querida Polônia", conforme frisou o arcebispo recifense. (FSP - 15/4/82)

POLÍTICA NACIONAL

GOVERNO QUER ALTERAR VOTO VINCULADO

O ministro da Justiça informou ontem que o governo está examinando a possibilidade de promover novas alterações na legislação eleitoral, de forma a considerar válidos os votos atribuídos às chapas estaduais e federais, nos municípios em que os partidos não apresentem candidatos a prefeito e a vereador (pela lei vigente - produto do "pacote de novembro" -, os partidos devem necessariamente concorrer a todos os cargos em disputa, e o eleitor, por sua vez, tem de apontar nomes de um mesmo partido para todos eles, a fim de que o voto seja validado). Essa é uma das medidas que o governo estuda para proporcionar aos pequenos partidos "meios mais precisos" para alcançar representatividade nacional e é uma "tese preferencial" de todas as pequenas agremiações. A medida de abrandamento da vinculação de votos, permite aumentar as chances de fragmentação do voto oposicionista, ajudando em muito o partido do governo. (FSP - 15/4/82)

OUTRAS

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS "QUEIMAM" GOVERNADOR DE SP

Ao coro de "Salim, Salim, seu governo está no fim" e "PDS não, partido de ladrão", cerca de 500 funcionários públicos estaduais e municipais queimaram ontem, na praça da Sé, em São Paulo, durante manifestação de protesto, um boneco representando o governador Paulo Maluf. A manifestação, organizada por cerca de 30 entidades representativas do funcionalismo público do Estado e do Município e coordenada pela Federação Paulista dos Servidores Públicos, foi convocada para protestar contra o reajuste salarial concedido à categoria pelo governador Paulo Maluf e pelo prefeito Reinaldo de Barros. (FSP - 15/4/82)

BÓIA-FRIA, UM IMPASSE AGRÍCOLA

De tempos em tempos, cada vez que ocorre um acidente mais grave com um caminhão que transporta bóias-frias, como ocorreu na última segunda-feira (20 mortos, 21 feridos, na estrada que liga Catanduva a Bebedouro), voltam a ser denunciadas as precárias condições de segurança em que são transportados esses trabalhadores rurais - vítimas, de resto, de uma estrutura agrária desumana, que não lhes dá nenhum tipo de garantia ou assistência previdenciária. Desta vez, até o ministro do Trabalho veio a público para anunciar que determinou às Secretarias de Mão-de-Obra, Emprego e Relações do Trabalho que "estudem medidas de proteção ao trabalhador volante (bóia-fria), de modo a evitar a repetição destes acidentes". Informou ainda que "os técnicos do Ministério já começaram a estudar o assunto e uma das sugestões em exame é a obrigatoriedade de vistoria periódica, pelas autoridades locais de trânsito, dos caminhões empregados no transporte de bóias-frias". O drama dos bóias-frias, que atinge hoje 80 mil famílias só na região de Ribeirão Preto (SP), segundo cálculos da Comissão Pastoral da Terra, já provocou até a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa e foi tema, nos últimos tempos, de inúmeros seminários, mesas-redondas e teses acadêmicas, sem que se tenha dado um único passo para a solução do problema. Na verdade, as providências do Ministério do Trabalho, se é que desta vez alguma medida seja colocada em prática, chegam com 20 anos de atraso - e, agora, é muito pouco provável que se consiga mexer neste sistema fazendeiro/empreiteiro de mão-de-obra/bóia-fria, sem alterações profundas no sistema agrário brasileiro. O motivo é muito simples: os empreiteiros de mão-de-obra, ou "gatos", como são popularmente chamados, constituem hoje uma peça fundamental nesta engrenagem e eles não têm meios nem para melhorar as condições de segurança de seus veículos, muito menos para cumprir a legislação trabalhista, com seus encargos sociais. E, sem eles, a produção agrícola simplesmente será estrangulada, ao menos nesta região do Estado: os fazendeiros ficarão sem mão-de-obra e os bóias-frias sem emprego. Aos antigos colonos dispensados das fazendas no início dos anos 60, com a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, juntaram-se, na última década, enormes contingentes de migrantes de outros Estados, especialmente de Minas Gerais e do Nordeste, sem nenhuma qualificação profissional, que fizeram multiplicar as favelas nos bairros periféricos das cidades médias do Interior, onde operam os empreiteiros. Mais recentemente, diante da baixa rentabilidade da produção dos bóias-frias subnutridos e doentes, e dos problemas surgidos com a intermediação dos empreiteiros, algumas grandes empresas da região, ligadas ao setor de açúcar e álcool, decidiram voltar à situação anterior, registrando seus trabalhadores rurais, que passaram a ser permanentes. É certo, também, que alguns poucos "gatos" procuraram se enquadrar na legislação, equipando melhor seus veículos e até mesmo registrando seus empregados. Mas o poder público continua totalmente ausente, como pôde constatar a reportagem da "Folha", que na última semana percorreu 900 quilômetros na região de Ribeirão Preto e ouviu os vários personagens envolvidos na tragédia dos bóias-frias. (FSP - 18/4/82)